

O liberalismo e o capitalismo no Portugal do século XIX: expectativas e decepções

Liberalism and capitalism in Portugal in the nineteenth century: expectations and disappointments

El liberalismo y el capitalismo en el Portugal del siglo XIX: expectativas y engaño

Rodrigo do Prado Bittencourt*

<http://orcid.org/0000-0003-0099-5098>

RESUMO: Este artigo busca analisar a implantação do Liberalismo em Portugal após a guerra civil fratricida e o avanço paulatino do modo de produção capitalista. O Liberalismo gerou expectativas de liberdade, justiça e igualdade – aspirações de cunho iluminista – que o capitalismo frustrou, graças à sua produção de desigualdade social, à corrupção do poder público por influência do poder econômico e à pressão sobre as instituições responsáveis pela ordem pública no sentido da repressão de manifestações contestatórias do *status quo*. Assim, assistiu-se a uma maior centralização do poder, a um crescimento do Estado e à formação uma sociedade ainda mais injusta economicamente, em prejuízo dos mais pobres.

Palavras-chave: Portugal. Liberalismo. Capitalismo. Concentração de Renda. Centralização Estatal.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the implementation of Liberalism in Portugal after the fratricidal civil war and the gradual advance of the capitalist mode of production. The Liberalism generated expectations of freedom, justice and equality – Enlightenment aspirations – that capitalism frustrated thanks to its production of social inequality, its government corruption under the influence of economic power and its pressure on the institutions responsible for public order in the sense of repression of demonstrations contesting the *status quo*. Thus, there was a greater

* Doutor em Literatura de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino pela Universidade de Coimbra. Possui formação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e se dedica ao estudo da Literatura a partir de um olhar sociológico. Tem mais de 30 artigos publicados em seis países (Alemanha, Brasil, Chile, Estados Unidos, França e Portugal), dedicando-se sobretudo ao estudo de Portugal no século XIX e da obra de Eça de Queirós. E-mail: rodrigobittencourt@gmail.com

centralization of power, a growth of the State and a society more economically unfair, to the detriment of the poorest.

Keywords: Portugal. Liberalism. Capitalism. Income Concentration. State Centralization.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la implantación del liberalismo en Portugal después de la guerra civil fratricida y el avance gradual del modo de producción capitalista. El liberalismo ha generado expectativas de libertad, justicia e igualdad – aspiraciones iluministas – que el capitalismo ha frustrado, gracias a su producción de desigualdad social, a la corrupción del poder público por la influencia del poder económico y a la presión sobre las instituciones responsables por el orden público para represión de manifestaciones contestadoras del *status quo*. Por lo tanto, hubo una mayor centralización del poder, un crecimiento del estado y la formación de una sociedad aún más injusta económicamente, en detrimento de los pobres.

Palabras clave: Portugal. Liberalismo. Capitalismo. Concentración de Ingresos. Centralización Estatal.

Como citar este artigo:

Bittencourt, Rodrigo do Prado. “O liberalismo e o capitalismo no Portugal do século XIX: expectativas e decepções”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 288-311.

A implantação do Liberalismo

O Liberalismo, ao contrário do que talvez se possa pensar, à primeira vista, não conduz o país a um arrefecimento da dominação estatal, mas aprofunda-a, instaurando em Portugal o Estado efetivamente moderno, nos moldes criados pela Revolução Francesa, pretensamente impessoal, burocrático, legalista, democrático e fortemente centralizado. Dizem a este respeito Ribeiro e Vargues: “A vitória liberal em Portugal foi também (aconteceu com outras revoluções liberais, a francesa, por exemplo) a vitória da centralização” (Ribeiro; Vargues 1998, 191).

Tem-se, assim, um Estado cada vez mais forte e que se dedica a uma gama de responsabilidades cada vez maior. Este Estado tem um corpo de funcionários cada vez mais eficaz, porque escolhidos mais em função de sua competência na área de atuação que graças ao seu parentesco ou amizades. O favorecimento pessoal, assim, dá lugar à qualificação, medida por meio de concursos públicos. Tem-se, com isso, a capacidade de ampliar o escopo das ações do Estado, que interfere e controla cada vez mais as vidas dos indivíduos e grupo sociais.

Como é o trabalho sóbrio e eficiente que passa a ser agora exigido do membro do Estado — e não mais sua lealdade a quem o indicou — até mesmo o gestual e a indumentária deste funcionário público tendem a mudar. A elegância do cortesão desaparece para dar agora lugar à sobriedade prática do burguês. Isso se dá em correspondência com a base política destes funcionários e estadistas, cada vez mais ancorada na crescente burguesia de classe média e cada vez menos pautada pelos interesses dos altos dignitários da Coroa. Assim, quanto mais dependente de um eleitorado burguês, mais estas características de sobriedade e profissionalismo tendem a se aperfeiçoar. O Setembrismo é um bom exemplo desta nova ética e da nova estética que cerca agora o Estado Liberal. Seus membros levarão mais a sério que ninguém estes pressupostos, em Portugal:

Surgia um estilo novo, democratizante, que se transmitia através da linguagem corporal, oral e escrita dos intelectuais e políticos do setembrismo. Precisamente os homens do primeiro Ministério setembrista (Passos Manuel, Vieira de Castro, Sá da Bandeira) cultivavam a simplicidade no traje, a modéstia nos hábitos de vida, a informalidade na linguagem. Num mesmo sentido se orientavam as preocupações dos membros do Conselho da Coroa, que pretendiam modificar a legislação tanto no fundo como na forma — a leitura, no exílio, das modernas leis francesas e inglesas mostrara-lhes como era pesado e massudo o estilo das nossas, escritas segundo «o chavão cediço das velhas secretarias». Garrett, então convidado para redigir muitos dos documentos oficiais, seria também aquele que, na literatura, ia lançar o estilo coloquial e directo.

[...]

De notar que a referida simplicidade no traje e modéstia nos hábitos de vida traduziriam uma atitude política adequada em homens de um partido que se apoiava nas classes médias e, muito particularmente, nas classes industriais, às quais escandalizava o luxo ostentatório de importação (Santos 1979, 73-74).

Vê-se a disputa entre a simplicidade burguesa e o luxo e a ostentação da nobreza. O Setembrismo foi liderado pela burguesia mais revolucionária e “pura”, contra a aristocracia e a alta burguesia da área do comércio exterior (o import/export mencionado por Manuel Villaverde Cabral). Seus intelectuais eram pequeno-burgueses. Tem-se, assim, a penetração cada vez maior da burguesia nos meandros do poder. Ela, que já exercia considerável, e crescente, poder econômico. Isso gera profundas transformações históricas e sociais. Como se viu anteriormente, o Estado Absolutista era um forte aliado da aristocracia e governava de acordo com os princípios econômicos e financeiros que a ela interessavam. A burguesia deseja o poder justamente para se opor a estes princípios e gerar profundas transformações no país. Este já era um desejo antigo da classe burguesa. Assim, compreende-se a afirmação de que “O liberalismo econômico antecedeu em Portugal o liberalismo político” (Ribeiro; Vargues 1998, 195).

O desenvolvimento do capitalismo

Deve-se identificar, portanto, o triunfo do Liberalismo com o triunfo da burguesia. São dois processos distintos, mas associados: um político; o outro social e econômico. Processos que

não decorrem sem reveses e contradições. A verdade, entretanto, é que, ainda que gradualmente, eles se encorpam e transformam a realidade histórica portuguesa. O momento em que estas transformações se consolidam e ganham maior fôlego se dá em meados do século, com a Regeneração. Momento em que já não há mais os conflitos dinásticos e fratricidas entre D. Pedro IV e D. Miguel, as revoltas populares perdem intensidade e alcance político e a Carta se estabelece de modo definitivo, com suas sucessivas revisões e alterações, mas sem uma contestação radical à sua existência e aplicação. Momento, ainda, em que as distintas facções encontram um estado de equilíbrio que permite uma alternância pacífica no poder, sem a necessidade de se recorrer às armas e aos golpes de Estado e que o ideal republicano se arrefece ou se mistura à própria monarquia constitucional (Ramos, 2007).

Assim, as condições de estabilidade e de consumação da vitória Liberal e de seu corpo de leis e princípios filosóficos contribuiu para uma condição de incentivo estatal ao capitalismo. De modo que Oliveira Martins afirmará, em célebre frase, ser a Regeneração “o nome português para do capitalismo” (Martins s/d, Vol. II 224).

J. Amado Mendes chama a atenção, entretanto, para o caráter político do período regenerador, embora ele tenha ficado marcado por seus aspectos econômicos, após a difusão da fórmula lapidar de Oliveira Martins. Com efeito, como se tentou colocar, acima, não se trata apenas de uma consolidação social e econômica, mas também institucional, jurídica e política. Assim, argumenta Mendes: “Sob o ponto de vista político, foi com a Regeneração que o liberalismo atingiu a sua maturidade, ao criar e desenvolver um condicionalismo favorável ao pleno funcionamento das instituições políticas, no quadro da Carta Constitucional de 1826” (Mendes 1998, 274). Trata-se, portanto, de um momento em que o país alcança a ordem e as instabilidades e conflitos armados chegam ao fim; momento também em que são aceitas as instituições políticas e as leis e em que o poder é buscado dentro deste quadro legal e não fora dele, na instauração por meio da força de uma nova constituição ou um novo governante. A estabilidade é marcante, sobretudo, nos períodos de 1851-1868 e 1871 a 1890 (Matos 2002, 123); contrastando, às vezes, com profundas turbulências internacionais, como a Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris, a Unificação Italiana, os sucessivos conflitos nos Bálcãs, a guerra civil nos Estados Unidos da América, etc.

O século XIX é, pois, o século do triunfo da burguesia liberal em Portugal e, conseqüentemente, do capitalismo. Triunfo sobre a aristocracia e o Antigo Regime, cujas condições de existência e de fortalecimento impedem e atravancam o desenvolvimento capitalista, devendo, portanto, serem destruídas pela burguesia para que esta tenha sucesso. Isso levará à implantação e consolidação de uma estrutura política que sirva de apoio a esta classe e atenda às suas demandas.

O desafio da burguesia portuguesa para implantar o capitalismo é vencer a aristocracia e submeter o campesinato, o que coaduna com as análises, acima descritas, de Quental e Yu Lin sobre os séculos XV-XVIII:

[...] dadas as sérias limitações de expansão externa, o problema que se vai pôr às fracções da classe possidente portadoras do MPC em Portugal é o desalojamento da aristocracia fundiária tradicional, passagem necessária não só para a apropriação, por parte do capital mercantil, da renda fundiária e sua transformação progressiva em «renda capitalista», como para o próprio incremento da expropriação do campesinato, condição, simultaneamente, da formação de uma força de trabalho disponível para o trabalho assalariado e do mercado interno (Cabral 1976, 112).

Na tentativa de vencer a aristocracia e alijá-la do poder, a burguesia, busca ter acesso àquele que, como já se disse, acima, é o principal meio de produção do país, então: a terra. Para isso, ela apoiará, e até mesmo pressionará o Estado para golpear mortalmente o poder temporal da Igreja Católica em Portugal, levando a leilão os bens das ordens religiosas. Algo que serve ao propósito burguês de amealhar riquezas e competir com a aristocracia no domínio da produção agrícola e pecuária e na especulação imobiliária. Ao mesmo tempo em que serve aos propósitos do Estado de centralização e domínio exclusivo do país. Além de desarmar os inimigos do Estado Liberal, ela agrada aos seus seguidores, deve-se ressaltar. Ter força para fazê-lo também é prova de força estatal. Força que foi preciso conquistar por meio da guerra civil.

A desamortização dos bens “de mão-morta” constitui, portanto, um golpe ao poder social que apoiou o Absolutismo e D. Miguel e mesmo participou ativamente dos combates armados entre liberais e miguelistas. Se o Estado Liberal não podia atacar de modo tão incisivo a aristocracia, até porque era apoiado por parte dela, ele avança sobre o poder temporal da Igreja Católica, na busca de se consolidar enquanto único dominador efetivo dentro do território português. Afinal, ela constitui, no início do século XIX, uma força política notável, dotada de uma intensa capilaridade e muita influência, sobretudo nas zonas rurais e pequenas localidades urbanas. Vencer a instituição eclesiástica preponderante, assim, faz-se necessário para que a voz do Estado possa se fazer escutar acima de toda e qualquer outra voz.

O que se verá com o passar do tempo é a tentativa por parte do Estado de cooptar o clero para seu projeto político, de modo a utilizar sua influência em prol dos candidatos do governo, em época de eleição. *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, atesta este uso da religião com fins eleitorais e demonstra como a função do sacerdote, após a vitória do Liberalismo, acaba por, na prática, passar pela defesa da ordem por meio do apoio a candidatos desejosos de manter o status quo. O confessor e a influência sobre as mulheres têm aí capital importância. A obra de Eça mostra-o muito bem. Cotejando-a com as análises históricas, vê-se que não há grande disparidade

entre o universo ficcional da Leiria de padre Amaro e a realidade histórica das cidades pequenas, aldeias, vilas e zonas rurais portuguesas de então.

Para isso, no entanto; para submeter assim a influência eclesiástica, fez-se necessário subjugar o clero, que até a desamortização contava com a conjugação das influências sociais-ideológicas e econômicas. O cura não era apenas aquele que tinha poder sobre a vida após a morte, bem como, enquanto patrão e proprietário, decidia sobre a vida cá deste mundo. Assim, contra força tão poderosa, não podia o Estado competir. Era preciso combatê-lo. A desamortização vem neste sentido.

Se não era interessante nem mesmo ao Estado a abolição da religião, freio social capaz de acalmar os ânimos revoltosos e ensinar a disciplina e a submissão, era, todavia, interessante uma religião que pudesse atuar em conluio com o Estado; mas nunca contra ele. A independência do clero deveria ser combatida e o padroado, neste contexto, torna-se importante instituição de controle social e de fortalecimento do Estado centralizado e liberal.

Paralelo a este componente político, há, como já se mencionou, o aspecto econômico da desamortização, que contribuiu para a burguesia enriquecer-se e ter acesso à terra. Afinal, após esta medida a concentração fundiária não diminuiu, como se prometia, pois os maiores beneficiários com o leilão dos bens do clero foram a burguesia enriquecida e a aristocracia.

1/10 dos compradores adquiriu mais de metade dos lotes arrematados e pagou perto de $\frac{3}{4}$ do montante total de arrematação; os 63 maiores compradores em valor de arrematação (3,4%) são responsáveis pelo pagamento de metade do montante total produzido pela venda dos bens nacionais em todo o período analisado. Entre os maiores compradores em volume de arrecadação situam-se muitos nomes sonantes da época: os 20 maiores (que constituem 1% do total de arrematantes e pagaram cerca de um terço do valor global da arrematação) são membros da classe política, elementos da nobreza e da alta burguesia, grandes negociantes e proprietários conhecidos.

[...]

Embora as médias de lotes por comprador fossem variáveis de distrito para distrito, em todos se assistiu a uma forte concentração das compras num punhado reduzido de compradores mais ou menos favorecidos — o que é particularmente válido para os distritos do interior e ou de mais acentuada ruralidade. [...]

A nobreza e a classe média foram, indiscutivelmente, os dois grupos mais favorecidos: a primeira adquiriu os prédios mais valiosos no preço e no tipo; a segunda foi responsável pelo pagamento da maior parte dos lotes e do valor da arrematação (Silva 1998, 302).

A desamortização favoreceu o capitalismo, a concentração de riqueza e a derrocada dos partidários do absolutismo. O privilégio da nobreza e do clero perdeu muito de seu valor e a burguesia teve acesso ao que antes lhe era vedado e constitui mesmo o cerne do poder das classes dominantes do Antigo Regime: a terra. Mas não a conquistou para usá-la do mesmo modo que estas classes retrógradas. É também com o intuito de implantar um modo capitalista de produção agropecuária que a burguesia adquiria terra, não apenas como fonte de renda e prestígio. Ao longo

do século, a produção capitalista para a exportação em grandes propriedades florirá em muitos locais do país, sobretudo no Sul, e chegará ao seu auge com a importação de técnicas e maquinários estrangeiros. Doenças, secas, o aumento dos salários no campo e a concorrência externa, porém, não possibilitarão a Portugal um domínio internacional nesta área.

Um dos objetivos que se pensava atingir com a desamortização era o pagamento da dívida. Esta medida, entretanto, esteve longe de consegui-lo; arrecadando pouco mais que dez por cento da dívida pública. O Liberalismo não trouxe o fim dos empréstimos e do endividamento estatal. A própria guerra civil não se fez senão com dinheiro estrangeiro. A venda dos “bens de mão morta” consistia uma esperança. Agora, perdida. Tampouco a maior equidade social se alcançou, uma vez que o problema da concentração fundiária não foi superado.

Oliveira Martins denuncia a ideia de que a nação enriqueceu-se. Para ele, os ganhos são ilusórios, pois não estão amparados em atividades produtivas. Tem-se, agora, com efeito, o capitalismo, mas não o capitalismo produtivo e dinâmico de países como França e Inglaterra. A busca por privilégios, o ócio e a falta de capacidade gestora parecem minar as potencialidades nacionais. Pouco produtiva, sem criatividade e gerindo uma massa de trabalhadores pouco preparada, a burguesia que chega ao poder não fará de Portugal uma nação industrial moderna. Faltam as características que Oliveira Martins elenca, na frase que serve de epígrafe ao artigo: “juízo, saber, educação adquirida, tradição ganha, firmeza de governo e inteligência no capital”. Assim, as remessas de dinheiro enviadas pelos emigrantes portugueses em terras estrangeiras, sobretudo no Brasil, constituem ainda uma importante fonte de riqueza nacional:

É uma fonte de riqueza anormal. Com efeito, desde que as nossas guerras civis acabaram, desde que por outro lado a independência do Brasil se consolidou, a emigração e a repatriação funcionando regularmente, deram um fluxo considerável de dinheiro. Junte-se-lhe o que entra por via de empréstimos ao Tesouro, e teremos as principais causas do enriquecimento relativo da Nação, se nos lembrarmos também das leis que desamortizaram o resto da mão-morta e aboliram os vínculos (Martins s/d, vol. II 302).

Um país não pode basear sua riqueza em empréstimos estrangeiros: em algum momento eles deverão ser quitados. Além disso, constituem uma riqueza ilusória, se não forem muito bem aplicados, pois são acompanhados de juros e só são benéficos quando o lucro que permitem ao país, por meio dos investimentos feitos, supera, ainda que apenas em longo prazo, o montante a ser pago.

Tampouco se pode viver dos benefícios de algo único como a desamortização. Afinal, o país não poderá estar a confiscar bens privados para leiloá-los. A não ser que venda tudo para os estrangeiros, em breve não haverá mais o que confiscar. Isso sem mencionar o caráter político peculiar de uma ação destas; que não pode repetir-se facilmente sem revoltas e conflitos. É preciso

mesmo lembrar que a venda dos bens da de “mão-morta” esteve ligada diretamente à guerra civil e à participação do clero nela.

Por fim, um país não pode viver do que recebe dos emigrados. Se for assim, a riqueza do país consistirá em seu abandono completo, em sua transformação em um campo despovoado, entregue aos animais ou a quem quer que o queira para si e tome posse da terra. O que seria absurdo. Ainda assim, estas remessas vindas do exterior se tornaram muito importantes para Portugal, no século XIX. Afinal, em um dos momentos mais difíceis para sua economia neste século (da Revolução do Porto até a Regeneração), o Brasil expandia suas exportações de café, buscando mais mão de obra:

Estima-se que cerca de 75.000 escravos desembarcaram por ano nas Américas no final do século XVIII. A expansão do açúcar em Cuba, do algodão nos EUA e do café no Brasil, na primeira metade do século XIX, elevou vertiginosamente este quantitativo que quase havia duplicado em 1840 (135000 escravos)². No Brasil, como se sabe, com a independência não diminuiu o afluxo de mão-de-obra escrava, bem pelo contrário, a expansão do café veio a intensificar a procura. De 1820 a 1850, calcula-se em 1.100.000 o número total das entradas (Pereira, 2009, s/p).

A mão de obra escrava dará lugar, ao longo da segunda metade do século, a trabalhadores europeus; muitos portugueses se beneficiarão, direta ou indiretamente, das riquezas do café. Outros vários irão para os Estados Unidos da América, que terá um ganho populacional substancial, durante todo o século XIX (Pereira, 2009). Uns e outros continuam a enviar dinheiro para suas famílias em Portugal.

Absurdas são, portanto, algumas dentre as fontes da riqueza momentânea de Portugal, em meados do século, antes da crise que antecedeu o século seguinte. Não é de se admirar, portanto, a revolta de Oliveira Martins diante daquilo que via ocorrer em seu país. E, com efeito, há motivos para a desilusão não apenas no aspecto econômico, mas também político.

A formação do Estado Liberal prometia o fim do favorecimento pessoal, do empenho, da corrupção, do autoritarismo e de outros males associados, na visão dos liberais, ao Absolutismo. Também se pensava que o investimento em Educação seria maciço e o analfabetismo erradicado, permitindo à população um maior controle sobre o Estado e mais liberdade diante da Igreja Católica, superando superstições crendices. Pensava-se também que esta melhoria na formação educacional traria avanços econômicos, diminuição dos crimes e uma agropecuária mais racional e mais capaz de lidar com as variações climáticas e doenças de animais e plantas. A própria saúde humana prometia melhorar, com o progresso capaz de erradicar os miasmas, remodelar as cidades e instruir a população sobre as práticas de higiene. Muito disso não passou de promessas ou só aconteceu em medida bem menor do que se esperava. A desilusão foi grande dentre aqueles que viam no Liberalismo a chance de salvar o país. Os que triunfaram foram os que desejavam apenas

o enriquecimento próprio e o poder. Alguns dentre os idealistas frustrados afastaram-se da vida pública. Outros aderiram aos vencedores.

Não é de se estranhar o fim dos ideais e avanço dos interesses puramente materiais: Engels e Marx dizem, n' *O Manifesto Comunista*, que a burguesia retirou os véus da exploração, mostrando cruamente sua face, perversa e devoradora (Engels; Marx, 1998). Também Portugal assiste à essa vitória do interesse. A centralização do Estado e a desamortização não ocorrem em prol do bem público, mas apenas para atender aos interesses mesquinhos daqueles que comandavam o país ou eram capazes de influenciá-lo.

Um Estado maior gasta mais e o aumento da dívida pública é a consequência mais “natural” que se pode esperar. Os déficits se sucedem, sem que os responsáveis por esta prodigalidade sejam jamais punidos por sua irresponsabilidade fiscal. A burguesia que gere as contas do Estado o faz sem a menor parcimônia. De um modo que jamais faria, se estivesse a gerir recursos próprios.

No conjunto do período, de 1851 a 1890, o percurso dos montantes das receitas, de acordo com os dados apresentados por Maria Eugénia Mata (1985), é nitidamente ascendente, não só em termos nominais como também — apesar da ausência de índices de preços de confiança — em termos reais. Naquele lapso de tempo, os montantes nominais passaram de 10 585 contos (1851-1852) para 38 316 (1890-1891), ou seja, multiplicaram-se quase por quatro.

A evolução das despesas mostra uma tendência nitidamente ascendente também. Entre 1851 e 1890, o montante passou de 11 228 para 51 372 contos de réis, ou seja, as despesas aumentaram, embora de forma irregular, quase cinco vezes mais (Silva 1998, 335).

Analisando os dados apresentados acima, vê-se um aumento efetivo e considerável da receita estatal, no período de quarenta anos. Aumento de 362%. As despesas, no mesmo período, entretanto, crescem 457,5%. E, se em 1851 elas superam as receitas em 643 contos; em 1890 gerarão um déficit de 13 056 contos: uma quantia considerável! O déficit, em 1851 correspondia a 6% do valor total arrecadado. Em 1890, ele equivale a 34% da receita total. Uma situação, de fato, calamitosa.

Este aumento do déficit nas contas públicas apenas contribuiu para agravar ainda mais a questão da dívida, que sobe a números astronômicos. A dívida torna-se impagável e já não se pode cultivar a ilusão de que a desamortização resolverá tudo. E o pior de tudo é que o dinheiro recebido por empréstimo é gasto sem nenhum benefício aparente. Como se o empréstimo fosse feito apenas com o intuito de gerar uma dívida a ser paga; peso sem o qual o povo português não pudesse passar.

A Regeneração defende que o endividamento se faz necessário; diz que ele permitiria um atendimento às necessidades mais prementes da população de um modo mais amplo, igualitário e capilarizado. Não é isso o que ocorre, entretanto. Tem-se o aumento da dívida, mas o dinheiro obtido por empréstimo beneficia apenas aos ricos e não às classes baixas. Tampouco é usado de

modo previdente e racional, de modo a preparar o país para o futuro e desenvolver sua economia. Há ainda o argumento de que os investimentos feitos mediante o dinheiro adquirido com os empréstimos poderiam aumentar o dinamismo da economia e, assim, a arrecadação. Não é isso que se vê, porém, e cada empréstimo é tomado apenas para pagar o anterior, que não contribuiu para melhoria alguma, mas, ao contrário, apenas obriga o país a pagar uma dívida ainda maior, num círculo vicioso.

Perante saldos negativos sucessivos, e face à impossibilidade de aumento das receitas pela via fiscal, resta como expediente lógico o recurso ao crédito. Ora, os empréstimos externos e internos parecem ter sido um meio correntemente utilizado. Na verdade, entre 1851 e 1890, a dívida pública total passou de cerca de 80 000 para cerca de 600 000 contos de réis, quase 8 vezes mais. A taxa de crescimento anual registou oscilações maiores ou menores durante o período, e num ou noutro ano apresentou valores negativos, mas a média aproximou-se de 5%. A dívida representava o séptuplo da receita total em 1851, mas vai subindo aceleradamente até atingir, no início da década de 70, cerca de 20 vezes o montante da receita, declinando a seguir, até o final do período, para valores que oscilaram entre 12 e 17 vezes mais (Silva, 1998, 337).

Não se chegou a este ponto de imediato, porém, e tampouco este estado de grave endividamento ocorreu sem o alerta de pessoas preocupadas com o futuro do país, como o próprio Oliveira Martins, que alertou que “se em 54 cada português pagava 600 rs., cada português paga por um ano, em 79-80, rs. 3077 de juros da dívida nacional” (Martins s/d, vol. II 302). Tampouco ele ocorreu sem melhorias efetivas, como abertura de estradas, implantação de caminhos de ferro, do telégrafo, construção de escolas e outras obras públicas. Elas ocorreram e num ritmo acelerado, se bem que ainda muito insuficientes.

Entre 1852 e 1893 Portugal dotou-se de mais de dois mil quilómetros de caminhos-de-ferro, que alteraram a forma como se viajava no Reino. Os portugueses, que antes apenas circulavam nos rios, junto à costa ou onde a ausência de obstáculos o permitia, passaram a dispor de um novo meio de locomoção que lhes encurtava as distâncias e aumentava o tempo disponível (Pereira 2007, 25).

Estes melhoramentos, todavia, não foram suficientes para o desenvolvimento do país e para acabar com a miséria dos explorados, deixando como consequência negativa esta vultosa dívida. Isso, porém, só veio à tona depois do fracasso deste modelo, mediante a crise do fim do século. Neste momento de euforia, os previdentes, como Oliveira Martins, eram tidos como pessimistas e estraga-prazeres. Quase ninguém lhes dava ouvido.

A irresponsabilidade burguesa diante das contas públicas e a busca ansiosa por benefícios pessoais substituíram as ligações privilegiadas da aristocracia com a Coroa, sem substituir sua atitude predatória por outra mais responsável e honesta, entretanto. A burguesia colonial que desejava equiparar-se à nobreza acaba por produzir uma geração que finalmente chega ao poder e se equipara de fato com a aristocracia dos tempos do Antigo Regime; não em sua elegância, refinamento e pureza ancestral, mas sim no ócio imprevidente, no luxo desmesurado e na atitude personalista e patrimonialista diante do bem público.

Não se encontra em Portugal a burguesia revolucionária que Engels e Marx descrevem n’O Manifesto Comunista (1998). O que se encontra é o capitalismo selvagem, que deseja aproveitar ao máximo a fonte de riqueza que possui, sem se preocupar em estabilizá-la e racionalizar a sua exploração. Lucro máximo diante de risco altíssimo: esta é a lógica do capitalismo selvagem. Enquanto o capitalismo moderno e racional, surgido com a Revolução Industrial, prefere diminuir os riscos e trabalhar com lucros constantes e previsíveis, ainda que menores (Weber, 2004).

Durante a Colonização do Brasil, estes lucros imensos e arriscados estavam ligados à exploração de alguma atividade ligada à Colônia e foram o sustento de uma aristocracia ociosa e arrogante, que obtinha para suas atividades econômicas favores e privilégios concedidos pela Coroa. Com a libertação brasileira, a chance de manutenção desta prática econômica diminui e é o Estado Liberal quem fornecerá, agora à burguesia enriquecida, contratos com lucros altíssimos e concessões milionárias. Assim, a burguesia se protege da concorrência estrangeira, por meio de sua maior facilidade em conseguir privilégios pessoais e a corrupção dos membros do Estado; de modo semelhante à aristocracia colonial, protegida pela exclusividade do Pacto Colonial. A burguesia portuguesa mostra-se, portanto, pouco revolucionária: ela ousa e arrisca menos que a aristocracia da Idade Moderna, que empreendeu arrojadas ações econômicas de produção de riqueza ou comercialização dela, durante a colonização do Brasil.

A burguesia portuguesa chega ao capitalismo monopolista sem passar pelo capitalismo selvagem ou industrial; ela não desenvolveu a parcimônia e a forte ética do trabalho, que Weber (2004) descreveu como típica dos países protestantes. Um detalhe: Bonifácio (1991, 124) chama a atenção para o fato de que Lisboa sentiu mais a independência do Brasil que o Porto, que, mais ligado ao comércio e ao risco, conseguiu recuperar suas exportações já na mesma década. O centro urbano mais importante do país, entretanto, se dedicava intensamente a explorar atividades ligadas a um Estado submisso a seus interesses, quase sem risco; o único risco que se deve levar em consideração é o de falência do Estado. Risco que realmente existe e que chegará perto de se efetivar, com a crise das últimas décadas do século.

A Regeneração e suas contradições

A História de Portugal durante o XIX é, portanto, a história do fortalecimento da burguesia, do fim do Antigo Regime (início do capitalismo propriamente dito) e da instauração do Liberalismo. Processo que produziu profundas transformações sociais, gerando a chamada “sociedade de massas”, e que não ocorreu sem percalços e contradições. Um ponto que se deve

abordar para a análise destas transformações sociais é a criação de uma sociedade juridicamente igualitária, em que as diferenças de nascimento não se traduzem em diferenças políticas.

A partir daí, ao Estado já não é permitido tratar de modo distinto cada um segundo seu nascimento ou seu título. A figura do súdito — que pode ser favorecido pelo monarca ou cair em desgraça — vai, gradualmente, dando lugar à do cidadão, que tem direitos e deveres e não é posse do Rei ou alguém que usufrui de um país que pertence à Coroa. Esta mudança ontológica de estatuto político e jurídico contribui para a formação do Estado Moderno e das sociedades de massas. Agora, um Estado cada vez mais centralizado, mas ao mesmo tempo com crescente poder de capilarização, é obrigado a tratar os indivíduos como iguais entre si, como pertencentes a uma mesma massa informe e gigantesca, chamada “população”.

Assim, todo e qualquer privilégio pessoal deve ser abolido e cada um poderia e deveria esforçar-se por ascender socialmente e enriquecer-se. Na prática, entretanto, as divisões continuam a fazer sentido; se não juridicamente, ao menos social e economicamente. A igualdade jurídica não se traduz em igualdade social e econômica. Aliás, mesmo juridicamente, esta igualdade não é plena, uma vez que tribunais formados por pessoas das classes médias e ricas dificilmente julgam a favor dos mais pobres. E o pior de tudo é que estes desfavorecidos não podem mais contar com a benevolência e a caridade paternalista de seus dominadores; num mundo individualista e materialista, cada um pode contar apenas consigo mesmo e a miséria é vista mais como um estigma pessoal que como um problema coletivo.

O Terceiro Estado, manejando habilmente o articulado jurídico em que assentava a sua dominação, alcançava, de um só golpe, dois efeitos: herdava, por um lado, o estatuto da superioridade anteriormente adstrito à nobreza e ao clero, legitimando a sua hegemonia através da invocação de uma suposta igualdade de oportunidades; por outro lado, centrifugava o Quarto Estado da pobreza humilhada e justificava a sua subalternização através de uma pérfida transferência de culpas — as oportunidades de realização material ofereciam-se liberrimamente à iniciativa, à virtude, à qualidade e à capacidade «de todos», pelo que a desqualificação dos vencidos lhes deveria ser individualmente imputada (Ribeiro; Vargues 1998, 211).

Com efeito, os vencidos serão muitos, pois, mesmo no auge da economia capitalista portuguesa no século XIX, a emigração continuará a ser única esperança restante para grande parte dos camponeses arruinados, trabalhadores braçais desempregados, mendigos, analfabetos e outros representantes das classes exploradas. Aliás, quanto maior o sucesso capitalista, maior o número destes fracassados, uma vez que a mecanização e a concentração de renda tendem a aumentar o número de pessoas que já não podem produzir seu próprio sustento. A este respeito, escreve Oliveira Martins: “À sombra de uma liberdade sempre crescente, dia a dia, com o crescer da riqueza irá crescendo a cisão dos pobres e dos ricos, em virtude dessa lei simples que dá a vitória a quem mais pode” (Martins s/d, vol. II 301).

A modernização não ocorre sem sua face cruel e excludente e não tardará até que a Europa conheça a radicalização dos desesperados e a constituição, por parte destes, de grupos que estão decididos a lutar por abolir a sociedade liberal e burguesa e implantar uma nova, baseada em princípios totalmente distintos. Trata-se, evidentemente, dos socialistas e anarquistas, que não apenas agirão por meio de comícios, jornais e greves, mas também recorrerão a métodos violentos, sobretudo na França.

Se é bem verdade que, em Portugal, estes processos demorarão a ocorrer com constância e magnitude, também não se pode deixar de perceber que eles já existem, enquanto potencialidade, e que as condições para seu amadurecimento têm se desenvolvido rapidamente.

Em 1871, mal se começa a sair da crise, a classe dos operários fabris faz a sua entrada na cena histórica portuguesa de maneira autónoma. Ao lutar abertamente pelo salário e contra a longa jornada de trabalho, ela separa-se — nós diríamos mesmo definitivamente — da burguesia de esquerda dos pequenos e médios industriais. São as greves de 1871-72 que estão na base das especulações socializantes da Fraternidade Operária e do Partido Socialista, e não o contrário (Cabral 1976, 121).

Deve-se lembrar que 1871 é o ano da Comuna de Paris, marco anarquista e socialista na luta contra a burguesia e o Estado Liberal. Assim, mesmo sem um numeroso proletariado, Portugal não está assim tão distante do estado de agitação social e política dos países industrializados. Outro ponto que deve chamar a atenção dos pesquisadores deste período é a autonomia proletária frisada por Cabral. Não se tratam mais de operários paternalmente levados à revolta por alguns agitadores instruídos, vindos das classes superiores. Ao contrário, os elementos mais radicais destas classes tendem a moderar seu posicionamento político diante da radicalização dos despossuídos. Mais uma vez, é preciso citar Cabral, que afirma que “a geração de 1870 — Eça, Ramalho, Antero, Oliveira Martins, etc. — não deixa de reflectir este refluxo do radicalismo: sobreviveu, se assim se pode dizer, Teófilo, entrincheirado na miopia do positivismo republicano” (Cabral, 1976, 121).

Esta moderação ocorre na medida em que há um avanço cada vez mais intenso da luta de classes; que se acirra graças ao aumento do abismo entre ricos e pobres. As promessas liberais de melhoria de vida para as classes baixas estão longe de ser plenamente cumpridas e a liberdade perde cada vez mais o seu valor, diante do desemprego e da miséria de grande parte da população. Assim, a revolta intensifica entre os mais pobres e assusta alguns dentre os membros da elite que propunham mudanças radicais. Afinal, muitos deles estão dispostos a defender a melhoria das condições de vida das classes baixas e o fortalecimento das instituições liberais, mas apenas enquanto isso não lhes prejudique, diminuindo seu poder e destruindo sua condição de privilegiados.

O radicalismo que avança apenas até certo ponto e depois recua é uma das contradições dos processos de implantação do capitalismo e de formação da sociedade de massas em Portugal. As contradições econômicas implicam em contradições sociais; os membros da burguesia e da aristocracia que se adiantam ao proletariado na assimilação de ideias libertárias estrangeiras acabam por abandonar a luta quando ela já não se dirige contra a aristocracia e a burguesia francesas ou inglesas, mas contra si próprios. Isto reflete o próprio rearranjo econômico, em que o capitalismo vai surgindo aos poucos, ainda em convivência com modos de produção arcaicos.

Só para dar um exemplo: enquanto a França resolvera o problema da «liberdade da terra» em 1789, os últimos vínculos portugueses sobreviveriam até 1863 e os baldios, compáscuos, campos abertos, etc, só pelo Código Civil de 1867 seriam colocados em regime legal de plena propriedade (e só no Alentejo se pode considerar terem sido praticamente destruídos por volta de 1875, já no âmbito de nova etapa do desenvolvimento do MPC em Portugal). Dito isto, tem razão Oliveira Martins quando diz ser a Regeneração o «nome português do capitalismo» Com a viragem do século, tem o seu desfecho a batalha entre os dois modos de produção. A dominação do MPC não implica, porém, o desaparecimento imediato e total das relações de produção pré-capitalistas, nem seria de grande utilidade dizer que é a sua resistência que trava o desenvolvimento das forças produtivas. O que importa, sim, é caracterizar o modo como se articulam relações de produção que revelam modos de produção diferentes e como o MPC submete a si, e em que medida, os sectores pré-capitalistas (Cabral 1976, 115).

No contexto destas contradições, pouca coisa se mostra tão coerente e constante como o fato de que são os pobres os que sempre mais sofrem com as transformações sociais em desenvolvimento. Assim, eles tornam-se presa fácil nas mãos dos que desejam o poder pelo poder e estabelecem relações de clientelismo e coronelismo na busca de alcançar seus objetivos. O que prepondera aqui é o interesse privado sobre o bem comum e o Estado, bem como qualquer bem público, é visto como algo do que se aproveitar; antes que outros o façam. Então, o voto passa a ser não um instrumento de liberdade, mas de logro e de perpetuação de um mesmo grupo no poder. O que acaba por gerar uma espécie de “casta política”, que comanda o Estado e impede que ele sirva aos interesses dos mais fracos. Enfurecido, escreve Oliveira Martins a respeito do que vê na Península Ibérica: “Conservadores de ambos os lados da raia: conservadores regeneradores, conservadores canovistas, conservadores progressistas, etc., oportunistas todos” (Martins s/d, vol. II 279). Para ele, com efeito, a situação é tão grave que a Espanha apenas não conquista e domina definitivamente Portugal por causa de suas próprias fraquezas e não por uma questão de pressão internacional inglesa, como alguns poderiam pensar (Martins s/d, vol. II 309).

Das contradições do país, emerge também a contradição política, em que a liberdade é defendida pelos conservadores e a democratização aparece como um instrumento de dominação mais eficaz e alienante. Contradição que faz com o que o século que começou com tantas esperanças libertárias — e assistiu até mesmo ao derramamento de sangue em função, em parte,

destas esperanças — termine com o cinismo prático e mesquinho dos usurários do mundo das finanças e com a espreteza maléfica da oligarquia política lisboeta.

A decepção com o Estado Liberal, que atingiu vários países também chegou a Portugal. As promessas de liberdade não passam de engodo e a igualdade só existe no papel. As sucessivas revoltas populares de pouco adiantaram: no fim das contas, só a elite se enriquece. Enquanto o povo está numa situação cada vez pior. Após a Patuleia, a Regeneração traz a paz e a vivência do voto e da normalidade política. Conservadores e liberais, no entanto, se assemelham cada vez mais uns com os outros e o voto não constitui instrumento de emancipação plena.

Pois que querem? Falta ainda alguma coisa à liberdade? Pois há deveras, omissão? Querem reformados os Pares? Por que não? Sufrágio universal? Também. E viu-se os conservadores fazerem o que a revolução não fizera; viu-se alargar o direito do sufrágio, sem que longas, prévias campanhas o exigissem. E ninguém o exigia, porque já passara o tempo em que se esperava nas alterações de fórmulas. E fizeram-no os conservadores, porque tinham visto em França Napoleão dar-se bem com isso; e sabiam que quantos mais campônios votassem, maior seria o poder formal — e positivo, pois fórmulas, aparências são tudo — de cada um dos barões rurais, de cada um dos senhores da finança, que nas cidades compram a dinheiro os votos da plebe. Desde que no espírito dessas plebes a loucura setembrista se acabara, que perigo havia em lhes dar soberania? Nenhum, de facto; só a vantagem de bater o inimigo reformista com as suas armas e consagrar mais uma conquista da liberdade (Martins s/d, vol. II 295).

Assim, a liberdade e a igualdade são apenas formais e, embora a população do país tenha crescido, assiste-se à emigração constante para o Brasil e outros destinos, como válvula de escape daqueles que não têm boas chances de sucesso em Portugal e o próprio país parece não desejar sua permanência. De fato, a emigração é reflexo não apenas do desejo dos mais pobres em melhorar de vida, bem como da elite do país, que parece os querer longe. Ela só ocorre porque o Estado pouco faz para mantê-los em Portugal, não agindo efetivamente em prol da distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população.

A respeito dos grupos sociais que emigravam, afirma Cascão: “Na década de 80, cerca da metade dos emigrantes provinham do sector agrícola (lavradores e jornaleiros); à volta de 10% dedicavam-se a actividades comerciais (sendo principalmente numerosos os caixeiros); cerca de 5% eram oriundos do sector da construção civil; os restantes saíram de um leque variado de profissões e de ocupações, sendo numerosos os indiferenciados. Na mesma época, perto de 85% do total de expatriados dirigia-se para o Brasil, cujo apelo se fazia sentir com maior força” (Cascão 1998, 365).

Com a migração, o crescimento populacional passa a ser menor do que seria de esperar e a despeito do luxo da alta burguesia lisboeta, o país assiste à uma triste situação de perda de seus filhos mais vulneráveis. Muitas mães morrem sem rever seus filhos, que atravessam o Atlântico em busca de uma vida melhor. Maridos deixam as esposas em busca de sustento e famílias emigram inteiras, almejando deixar para trás a miséria e o passado de exploração e sofrimento. Até 1890, o número de mulheres nunca chegou a 10% do total de emigrados (Cascão 1998, 365), o que mostra como a razão da partida era mesmo a busca por trabalho remunerado. Afinal, tem-se ainda uma

cultura tradicionalmente patriarcal, em que cabe ao homem o sustento financeiro do núcleo familiar.

Assim, o português que antes viajava em busca de riquezas em ouro, prata, pedras preciosas e especiarias, agora parte em busca de trabalho assalariado. No imaginário coletivo, a viagem ainda está presente, mas não mais representando a glória de descobridores corajosos e heroicos, mas a miséria de uma população explorada e humilhada. A volta não traz o reconhecimento e o canto dos feitos extraordinários, mas o estigma. Afinal, o português que volta à terra natal, endinheirado, é estigmatizado como torpe, mesquinho, vaidoso e pouco educado, como mostra o texto de Eça de Queirós que serviu de prefácio a “O Brasileiro”, de Luís Soares.

A população portuguesa aumentou de forma evidente durante o século XIX. Efectivamente, o potencial humano do nosso país passou de 2 931 930 habitantes, em 1801, para 4 660 095, em 1890, o que representou uma variação relativa da ordem dos 59%. Esse crescimento demográfico foi, contudo, inferior ao do conjunto da Europa, cuja população duplicou entre 1801 (índice 100) e 1886 (índice 199).

As razões explicativas desse facto são fundamentalmente duas: 1) o reduzidíssimo incremento verificado entre a data do início das invasões francesas e cerca de 1835; 2) o aumento do fluxo emigratório a partir de meados do século (entre 1855 e 1890 terão saído de Portugal por volta de 406 000 pessoas com passaporte, às quais haveria que acrescentar cerca de 10% a 13% de emigrantes ilegais), o qual actuou como travão do crescimento populacional (Casção 1998, 365).

Mas e o progresso dos caminhos de ferro, pontes, estradas, telégrafo e máquinas a vapor? De fato, estes avanços ocorreram e fascinaram o povo por um tempo, mas este é um progresso para poucos e aos que não estão incluídos no rol dos que podem dele se beneficiar não sobra muita coisa. Com efeito, é da lógica do capitalismo que a concentração de renda avance cada vez mais, quanto mais se desenvolve este meio de produção e mais enriquece a economia. Assim, a emigração não seria evitada pelo progresso tecnológico, mas acentuada graças a ele.

Os empréstimos que permitem que se alcançasse todo este progresso também permitem que a mecanização expulse do país, por meio da emigração, os despossuídos e pouco qualificados. Cunha (2004, 30) afirma que “o sector secundário ocupava, em 1890, apenas 18,4% da população. Este número incluía não só a indústria fabril, mas também a indústria artesanal, sendo bem provável que esta última se sobrepusesse à primeira”. Este dado não deve enganar o pesquisador. Ele não representa apenas a fraqueza do ramo industrial, mas contém em si o reflexo da racionalização da produção e o uso crescente da mecanização, poupando braços e expulsando as bocas famintas para o Brasil. Some-se isso à crise do final do século e se entenderá porque havia tão poucos trabalhadores no ramo industrial.

No entanto, não é só a mecanização da indústria que gera desemprego, mas também o campo conhece a máquina a vapor e as dificuldades econômicas dos que ela deixou desempregados. A área de cultivos se amplia como nunca: pântanos são drenados, matas são derrubadas para o

cultivo, regiões pouco habitadas recebem agora investimentos vultosos... Tudo isso produz a transformação capitalista do meio rural e, conseqüentemente, um avanço na lucratividade dos grandes proprietários, mas não há “grandes” sem “pequenos” e os mais vulneráveis são aqueles que não têm terra e são obrigados a trabalhar para os que a possuem.

[...] se documentará a submissão progressiva do campesinato à produção mercantil, com a alta da emigração a testemunhar, no final do período, a sua lenta mas inexorável expropriação. No que respeita à indústria, basta dizer que, enquanto em 1852 se recenseavam cerca de 1000 cavalos-vapor à sua disposição, no Inquérito de 1881 se apuravam cerca de 10000. Com base em 1835, temos até 1850 um ritmo de crescimento anual da ordem dos 4%-5% e, nas três décadas seguintes, um ritmo da ordem dos 10% anuais: eis a quantificação de uma profunda transformação qualitativa (Cabral 1976, 118).

As estradas, agora, permitem o melhor escoamento da produção e portos modernizados e caminhos de ferro garantem que estes grandes investimentos não serão em vão. Estradas, portos e caminhos de ferro que beneficiam, sobretudo, a burguesia e colocam Portugal no modo de produção capitalista, inserindo-o no mercado internacional na qualidade de produtor de matéria-prima e alimentos.

O crescimento econômico vem, por um dado período, mas não sem o empobrecimento de muitos. O que permite a concentração fundiária e o barateamento da mão-de-obra (até que a emigração aumente a tal ponto que os salários voltem a subir). O capitalismo não ocorre sem a produção de desigualdade. A mais-valia, por definição, é a essência do capitalismo e mais-valia é desigualdade.

Além disso, o capitalismo se caracteriza por transformar tudo em mercadoria. Até mesmo aquilo que jamais se pensou em comprar ou vender ganha um valor de troca. Com isso, terras antes inúteis são agora tratadas para serem cultivadas. Pântanos, areais, declives... tudo deve ser aproveitado para maior lucro da burguesia e exploração do campesinato.

O testemunho de Gerardo Pery é elucidativo quanto aos avanços alcançados neste sector, afirmando a todo passo da sua obra Geografia e Estatística de Portugal e Colónias: « Não temos dados estatísticos pelos quais se conheça a superfície empregada nesta cultura [cereais] em épocas diversas. O mais que se pode avançar é dizer que há quarenta anos a superfície cultivada seria a terça parte da actual; e que de 1850 até hoje tem sido progressivo o arroteamento de matagais e o desbravamento de terrenos incultos» (Neto; Vaquinhas 1998, 282).

O avanço é considerável, o lucro grandioso, o sucesso estrondoso. A posição de fornecedor de alimentos e matéria-prima, dentro do cenário capitalista global, não é das melhores, entretanto. Não apenas porque a lucratividade maior é a dos industriais, cujos produtos de maior valor agregado Portugal consumia. Além disso há dois elementos a se levar em consideração: o sector primário é mais vulnerável a mudanças ocasionais imprevistas no clima e a difusão de doenças vegetais e animais; some-se a isso o fato de que ele é mais acessível aos que desejam produzir,

permitindo uma concorrência maior e gerando, assim, uma alternância entre os principais produtores de um mesmo bem econômico.

Como tem sua economia baseada num processo produtivo pouco especializado e de baixo valor agregado, Portugal acaba ficando vítima de outros países que também desejam investir nas mesmas culturas. Dentro do cenário das commodities, o que conta é o preço: o comprador escolherá o fornecedor que lhe propor o menor preço; não fazendo muita diferença o critério de qualidade do produto (ao menos não tanto como no caso dos produtos industriais). Com isso, o país que assistiu, no século XVIII à derrocada do seu comércio do açúcar brasileiro devido à concorrência holandesa, que passa a produzi-lo com menor custo e barateia o preço final, assiste agora à queda em suas exportações agrícolas devido a concorrência externa mais uma vez.

Agora são os Estados Unidos da América que, ainda com os custos do transporte transatlântico, fazem frente à produção lusitana e põe freio no avanço econômico dos empreendimentos rurais. O campo modernizado, bem como a indústria, é o espaço da lucratividade e, quando esta não ocorre, tem-se a crise social. O Brasil é a resposta para esta crise, na visão de muitos desesperados, sem emprego e sem comida. As revoltas já não são frequentes, como antes. Afinal, como já se viu: o Liberalismo serviu para acalmar os ânimos e pacificar os revoltosos. Tudo o que eles desejavam, em matéria de leis e avanços institucionais, foi-lhes dado. O que mais podem querer: pão? Aí, já é demais.

Num contexto internacional de «depressão agrícola», extensivo a quase todos os países do continente europeu e motivado pela invasão de produtos agrícolas, a baixo preço, vindos, sobretudo, dos Estados Unidos, a economia agrícola portuguesa é ainda confrontada com uma série de crises específicas, resultantes, em grande parte, da quebra das exportações.

Durante cerca de quarenta anos, Portugal tornara-se «uma granja para exportação» no dizer de Oliveira Martins. Produz e vende vinho, frutos, gado, cortiça e minérios. Quando, a partir dos anos 80, a procura externa se restringe e a situação conjuntural se inverte, surgem os graves inconvenientes do modelo que norteava a política económica portuguesa e cujas características mais evidentes eram o défice da balança comercial e o custo sempre crescente da dívida externa. [...]

O terceiro quartel do século XIX conheceu uma série de dificuldades económicas, que, não sendo especificamente portuguesas, assumiram no nosso país particular gravidade. Para além das diversas crises agrícolas e da contracção dos rendimentos provocada pela baixa dos preços, é no decurso destes anos difíceis que a emigração para o Brasil se acelera (Neto; Vaquinhas 1998, 286-288).

Há que se lembrar também que, a esta altura, as colônias portuguesas em África, como se verá mais detalhadamente, à frente, não conseguiam atrair uma parcela significativa de emigrantes. O próprio volume de comércio com elas era pequeno, como se viu acima, e não representava uma fonte de renda primordial para a Metrópole.

Quanto à antiga colônia, continuava a atrair muita gente: a emigração para o Brasil chegou ao ponto de provocar relativa falta de mão de obra e carestia da força de produção, elevando os salários; ao menos, em algumas regiões do país. Se as obras públicas absorveram por um tempo

parte deste exército industrial de reserva, elas não foram capazes de fazê-lo permanentemente; aliviando a classe burguesa, que não estava disposta a ter de pagar mais pelo mesmo serviço (Cabral 1976, 121).

Guerra do Paraguai e Ultimato Britânico

Vê-se Portugal em crise no último quartel do século XIX, passando a depender cada vez mais do dinheiro enviado pelos emigrados. A maioria está no Brasil, como se sabe, e este país vive o despontar da produção de uma nova riqueza: o café. De fato, muitos portugueses, aproveitando o bom momento do país que os recebeu, fizeram fortuna em terras tropicais. Não se pode olvidar, porém, que o Brasil também estava longe de ser um paraíso e a agressiva política externa de D. Pedro II acabou levando o império a uma guerra que não beneficiou verdadeiramente senão a Inglaterra.

A Guerra do Paraguai levou a alteração do câmbio e fez as remessas de dinheiro dos emigrados cessarem. A transferência não compensaria e o dinheiro acaba por ser mantido no Brasil. Nas palavras de Oliveira Martins, este conflito alterou a situação de Portugal, prejudicado também por questões internas, da própria Península Ibérica: “Veio a revolução de Espanha complicar as coisas de um modo súbito; veio a guerra brasileira, baixando o câmbio, secar o rio de dinheiro que anualmente vazava no Tesouro para o alimentar e sustentar a nós” (Martins s/d, vol. II 295). Tudo se complica; ao menos por um tempo.

O resultado foi o aprofundamento da crise portuguesa, sem este auxílio importante, embora pouco “natural”, como salienta o maior historiador português do século XIX, em trecho citado acima. Justo no momento de fragilidade do cenário agrícola lusitano, devido à concorrência dos Estados Unidos da América, a guerra eclode no Brasil. Ela durará cinco anos, trazendo, talvez, mais dificuldades econômicas para Portugal que propriamente para o Brasil.

Não se deve esquecer que as remessas de dinheiro vindas da antiga colônia não se constituem apenas de contribuições de emigrantes pobres às suas famílias, deixadas na terra natal. Há relações comerciais importantes e grandes capitalistas que se enquadram no perfil de emigrantes ou filhos de emigrantes, com vultosos investimentos em Portugal. Também estes irão cessar de investir na Europa e, assim, privarão o país de uma fonte de renda que lhe figurava tão certa e exata quanto necessária.

Mas mais importante do que isso é talvez o papel dessas remessas — e não estamos agora a pensar nos pequenos envios dos emigrantes pobres, mas nas boas maquiãs que representam os lucros comerciais e até industriais transferidos do Brasil para Portugal — na balança de pagamentos. São elas que permitem, segundo um modelo modernamente repetido, a perpetuação, sem riscos de

maior, do desequilíbrio da balança comercial, nutrindo assim o espaço económico social e até político da burguesia de import-export, medianeira da dominação britânica, em detrimento da burguesia nacional propriamente dita (Cabral 1976, 122-123).

Assim, Portugal, extremamente vulnerável a mudanças no cenário externo, em sua condição de país exportador de bens primários ainda necessitado de capitais vindos de fora, passa por um duro período. Não apenas os pobres sofrem, porém, mas também esta burguesia dominante, que baseia suas atividades na exportação e importação e que já não pode contar com o trânsito de capitais entre a pátria lusa e a antiga colônia.

O gasto mal administrado do dinheiro arrecadado com os empréstimos anteriormente requisitados traz suas mais funestas consequências, agora. O cenário se complica e o país não tem alternativas. Passada a Guerra do Paraguai, no entanto, Portugal respira. A tensão foi aliviada. Não por muito tempo, todavia. Outras crises externas virão e mais uma vez o país padecerá. Convém que cada um ande com as próprias pernas e seja o mais independente possível de auxílios externos e boas condições conjunturais.

Portugal, no entanto, não passa de um país periférico dentro do capitalismo internacional, no contexto do século XIX, e pouca chance tem de alcançar alguma autonomia. O país mal se recuperara da crise causada pela Guerra do Paraguai (1864-1870), enfrenta a crise de 1873, que Hobsbawn (2004) aponta como uma das mais importantes crises europeias do século XIX. Apenas quinze anos depois dela, novamente as fragilidades do país se aprofundarão com a suspensão das remessas de dinheiro vindas do Brasil graças à situação de transição social, política e econômica que este país viverá, com a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da república em 1889.

A dependência dos capitais vindos de fora é grande, como atesta amargamente Oliveira Martins. Ele coloca-se como um crítico diante de um grupo otimista, que acusa-o de desvairado por preocupar-se com o futuro do país, com o que se dará quando o momento de benesses passar. “Desvairado o que pensa no que seria de nós se o brasileiro desconfiasse e deixasse de comprar a dívida com que saldamos contas anualmente; ou se uma guerra, outra crise na América, embaraçasse o ingresso dos capitais” (Martins s/d, vol. II 304). Assim, fragilizado, o país atrai sobre si a garra do conquistador. Ou melhor: não sobre si, mas sobre suas possessões.

Em 1890, se dará o Ultimato Britânico, que tanta indignação causa em todo o país, sem que a Coroa se dispusesse a enfrentar a antiga aliada. Não apenas a Inglaterra conseguirá o que deseja, como a comoção popular não fará o país mudar de rumo em direção a uma transformação que o faça novamente forte e respeitado. A única consequência deste fato, além da perda dos territórios em questão, é claro, será a precipitação da instauração da república, uma vez que a Coroa fica

extremamente desmoralizada após demonstrar fraqueza diante do britânico espoliador, fortalecendo ainda mais a visão de um Portugal decadente, imortalizada por Antero de Quental:

[...] o presente estaria sempre em crise, porque, para além da situação de facto, ele era suposto ser o ponto mais degradado do declínio. Daí a iminência da morte definitiva, isto é, de um *Finis Patriae*. Prognóstico que alguns acontecimentos, em particular o *Ultimatum*, dramatizaram, criando uma comoção colectiva que fez ferver, como antídoto, a fusão entre o patriotismo (antibritânico), o nacionalismo e o sonho imperial (Catroga 2007, 247).

Assim, não é de se admirar que Portugal pareça tão fraco aos olhos de seus vizinhos e de toda a Europa. Oliveira Martins cita um diplomata espanhol que escreveu a seu país quando do casamento do herdeiro do trono português com uma princesa italiana, tranquilizando a Espanha do perigo de uma ação unificadora da Península Ibérica por iniciativa de algum líder político português. Como ocorrera na Itália, há pouco, a unificação do país, temia-se que uma princesa desta nacionalidade pudesse ser uma fonte de estímulo a quem cobiçasse a união política de Portugal e Espanha. O diplomata, entretanto, não vê perigo, pois não acha ninguém com capacidade e liderança para isso, em Portugal. A descrição que ele faz deste país, aliás, evidencia o desprezo que ele é capaz de suscitar nos estrangeiros que o conhecem.

Se me perguntasse qual eu creio que seja o carácter distintivo desta sociedade, diria que é o de uma profunda prostração. Não temo que, no curso da política, qualquer que ela seja, Portugal possa influir nos destinos da Espanha. Não há aqui nenhum dos elementos que se reuniram no Piemonte; não vejo partido bastante enérgico e poderoso para ter uma política externa de verdadeira iniciativa; nem distingo em nenhum homem público um verdadeiro homem de Estado (Martins s/d, vol. II 277).

Conclusão

A despeito da ressalva que deve ser feita a esta visão decadentista de Oliveira Martins, que afetou de um modo geral, grande parte dos historiadores lusitanos de diversos períodos entre os séculos XIX e XX, segundo Catroga (2007), há que se perceber que Portugal de fato não passava por bons momentos no final do período oitocentista. Os clamores republicanos, inclusive, já se fazem sentir. Diante da crise de legitimidade política, gestada no rotativismo partidário tão somente de fachada, construído no período da Regeneração, as ideias republicanas se espalham lentamente. Ganham velocidade, porém, com o Ultimato Britânico, percebido por muitos como uma humilhação nacional.

Sucessivas secas e reveses comerciais na agricultura (Neto; Vaquinhas, 1998), diminuição dos aportes financeiros vindos do Brasil (Martins, s/d), concorrência comercial de outros exportadores de produtos agrícolas (Neto; Vaquinhas, 1998) e os vultosos empréstimos a serem pagos (Silva, 1998b) acabam por gerar uma tibiaza econômica grave.

Grande parte da população, diante desta situação, preferirá emigrar; sobretudo para o Brasil, mas também para os Estados Unidos, a Argentina e a Venezuela (Pereira, 2009). Os que ficam vão muitas vezes se dedicar a trabalhos precários, uma vez que a escolarização avança em Portugal de modo muito mais lento que em outros países da Europa Ocidental (Hobsbawn, 2004) e a universidade ainda é um ambiente elitista e retrógrado (Queirós, 1913).

Assiste-se, portanto, a uma desilusão diante das promessas do liberalismo político e econômico. O primeiro trouxe pouca liberdade e participação popular, internamente; sem resolver a questão das fraquezas político-diplomática e militar de Portugal, frente aos demais países europeus. Enquanto o liberalismo econômico não erradicou a fome e a miséria e nem mesmo criou a economia pujante e avançada que alguns imaginaram.

Apesar das decepções, entretanto, os processos de implantação do liberalismo em Portugal e de desenvolvimento capitalista se consolidam como fatos consumados, alterando radicalmente o cenário político, econômico, social e cultural do país. As relações pautadas no Antigo Regime dão lugar a uma nova estrutura de organização estrutural, baseada no interesse econômico explícito, na centralização do Estado e do poder político, na consolidação dos partidos e associações (e o correspondente enfraquecimento clerical, mas não necessariamente religioso) e numa maior interação com os demais países, em um fortalecimento da inserção portuguesa no cenário internacional (concomitantemente à sua maior dependência das potências estrangeiras, sobretudo a Inglaterra).

Na ausência de uma burguesia forte e revolucionária, o capitalismo português do século XIX não se caracteriza pela forte industrialização. Tampouco o fortalecimento dos comerciantes, industriais, financistas e outros grupos ligados às mais importantes esferas de atuação do capitalismo oitocentista implica em profunda ruptura política. Ao contrário, ocorre uma espécie de acomodação dos ideais e institutos liberais em meio ao cenário político pré-existente, com a consolidação de uma monarquia constitucional em que os monarcas não têm um papel tão somente figurativo, mas podem intervir de modo significativo nos rumos políticos do Estado.

Por fim, o que se assiste é a uma série de transformações históricas muito importantes, mas que não tendem a modificar a distribuição de forças no âmbito social. A configuração de classe tende a continuar a mesma, com pouca possibilidade de mobilidade social ou de ampliação efetiva dos cenários de participação política. O povo vota, mas o governo que é feito em nome do povo não atende aos interesses do povo, mas das classes abastadas. Os empréstimos são feitos para que se invista no país, mas os benefícios dele advindos são destinados sobretudo aos mais ricos e poderosos e as despesas da dívida são arcadas sobretudo pelos mais pobres e sem voz. Liberalismo e capitalismo em Portugal se imbricaram num amálgama que não implicou senão na inserção do

país naquilo que se convencionou chamar de modernidade; muitas vezes, à revelia e às custas da parte mais pobre da população.

Referências bibliográficas

- Bonifácio, Maria de Fátima. *Seis Estudos Sobre o Liberalismo Português*. Lisboa: Estampa, 1991.
- Cabral, Manuel Villaverde. “Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo”. *Análise Social*, 45, (1976): 106-126.
- Cascão, Rui. “Demografia e Sociedade”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 365-378. Lisboa; Editorial Estampa, 1998.
- Catroga, Fernando. Portugal como "corpo" e como "alma" (sécs. XIX/XX): Uma revisitação sintética. *Revista de História das Ideias*, 28, (2007), 245-275. https://doi.org/10.14195/2183-8925_28_11
- Cunha, Maria do Rosário. *A Inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina, 2004.
- Engels, Friedrich e Karl Marx. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- Hobsbawn, Eric. *A era do Capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. “Ciências e Letras (3-1-1887). A Abadessa de Jouarre de E. Renan”. Em: *A Província. Vol. III. Agosto a Dezembro de 1886 e Janeiro e Fevereiro de 1887*. Lisboa: Guimarães Editores, 1958.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. 2 vols. Mira-Sintra: Europa-América, s/d.
- Matos, Sérgio Campos. História e identidade nacional: A formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Luotopie*, (2002): 123-139.
- Mendes, José Amado. “Comércio, Transportes e Comunicações”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 319-328. Lisboa; Editorial Estampa, 1998a.
- Mendes, José Amado. “Evolução da Economia Portuguesa”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 269-278. Lisboa; Editorial Estampa, 1998b.
- Mendes, José Amado. “O Fim do Antigo Regime Económico?” Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 359-364. Lisboa; Editorial Estampa, 1998c.
- Mendes, José Amado. “Teorias e Políticas Económicas”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 353-358. Lisboa; Editorial Estampa, 1998d.
- Neto, Margarida e Vaquinhas, Irene Maria. “Agricultura e Mundo Rural: tradicionalismo e inovações”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 279-290. Lisboa; Editorial Estampa, 1998.
- Pereira, Hugo Silveira. As viagens ferroviárias em Portugal (1845-1896). *CEM: Cultura, Espaço e Memória*, 1, (2010): 25-40.
- Pereira, Miriam Halpern. “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. *Ler História*, 56, (2009): 15-25. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1925>
-

Queirós, José Maria Eça de. “Antero de Quental”. Em: *Notas Contemporâneas*, José Maria Eça de Queirós, 339-387. Porto: Lello & Irmão, 1913.

Ramos, Rui Manuel Monteiro Lopes. Ideias de República em Portugal até ao século XIX: algumas observações. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n. 13-16, (2007): 55-80.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares e Isabel Nobre Vargues. “Estruturas Política: Parlamentos, Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 155-182. Lisboa; Editorial Estampa, 1998a.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares e Isabel Nobre Vargues. “Ideologias e Práticas Políticas”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 183-216. Lisboa; Editorial Estampa, 1998b.

Santos, Maria Lourdes Lima dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). Em: *Análise Social*, 57 (1979): 69-115.

Silva, António Martins. “A desamortização”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 291-306. Lisboa; Editorial Estampa, 1998a.

Silva, António Martins. “As finanças públicas”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 329-338. Lisboa; Editorial Estampa, 1998b.

Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Recebido: 13 de janeiro de 2020

Aprovado: 13 de março de 2020